

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 9.273, DE 2017

Institui a remessa de medicamentos por meio de operação postal e dá outras providências.

Autora: Deputado WALTER ALVES

Relator: Deputado FLAVINHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 9.273/2017, de autoria do Deputado Walter Alves, institui a remessa de medicamentos por meio de operação postal e dá outras providências.

Na prática, a proposta visa permitir que medicamentos destinados ao tratamento de doenças crônicas possam ser enviados por operação postal.

O autor do Projeto de Lei argumenta que a implementação da medida proporcionaria a entrega direta dos medicamentos como forma de assegurar o direito à saúde e o tratamento dos pacientes em tratamento de doenças crônicas.

O projeto tramita em regime ordinário, nos termos do art. 151, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e foi distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família; Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação para apreciação Conclusiva.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Inicialmente, consigna-se que a análise da presente proposição se restringirá à Competência temática desta Comissão, de modo que eventuais vícios formais deverão ser apontados pela Comissão competente.

Quanto ao mérito, o Projeto de Lei nº 9.273, de 2017, tem por objeto uma medida muito bem intencionada, destinada à ampliar a abrangência da distribuição de medicamentos aos pacientes vítimas de doenças crônicas.

Entretanto, além de a medida aparentemente implicar em aumento de despesas para o poder público (situação que será analisada na Comissão competente), ocorre que mecanismo pretendido é maculado por presumível fragilidade que exporia a risco os próprios pacientes e a segurança pública como um todo.

Nesse sentido, consignamos que eventuais extravios de correspondência, greves do serviço postal e outras situações adversas poderiam expor o paciente ao risco de não receber a sua medicação, tendo que às pressas providenciar outro medicamento.

Portanto, embora bem intencionada, a medida não goza da melhor logística, especialmente diante de todos os acontecimentos que envolvem o serviço postal brasileiro na última década. Importante que se registre que aqui não se faz crítica ao trabalho do serviço postal, apenas considera-se a evidente possibilidade do acometimento de fortuitos como paralisações, extravios e outras situações que desnecessariamente possam vir a expor o paciente que estará a espera dos medicamentos.

Ademais, a utilização do serviço postal para a remessa de medicamentos certamente fragilizará a segurança nacional no que diz respeito ao tráfico de substâncias ilícitas, sejam elas medicamentos ou narcóticos.

Portanto, infelizmente, se revela inviável a aprovação do Projeto de Lei.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei 9.273, de 2017.

Sala da Comissão, em de julho de 2018.

Deputado FLAVINHO

Relator